

**Ao Exmº Senhor Presidente do Tribunal**

**de Contas de MG. Senhores Conselheiros;**

**Autos nº**

**1119715**

O MUNICIPIO DE ONÇA DE PITANGUI, através de seu representante legal GUMERCINDO PEREIRA; Prefeito da cidade de Onça de Pitangui-MG, e procuradora do Município, vem a Vossa Exª apresentar os esclarecimentos e documentnos em face da representação do senhor Vereador **João Batista de Freitas**, nos seguintes termos:

Preliminarmente, requer o indeferimento da presente denúncia, uma vez que não preenche os requisitos legais exigidos, Não há indícios de ilegalidade à luz da legislação pátria de qualquer ato praticado, vez que a denúncia está fundamentada em fatos que destoam a veracidade, o que restará provado mais adiante.

O município recebeu a notificação, com o prazo de 15 (quinze) dias para prestar esclarecimentos acerca dos fatos e possíveis irregularidades acerca de pagametro de quinquênios incidindo sobre subsídios de servidores ocupantes de cargos comissionados,

Senhores Conselheiros, a presente denúncia não merece prosperar, vez que eivada de equívocos e desprovida de boa fé e veracidade,

Cumpre inicialmente salientar que o atual gestor após detectar que a adminitração anterior na gestão do Ex prefeito, **sempre realizou pagamento de quinquênios** a servidores ocupantes de cargos comissionados, no início da gestão, que após verificado a irregularidade solicitou ao controle interno as informações, e determinou em sua gestão mediante parecer jurídico a suspensão do pagamento de quinquênio aos servidores

Comissionados, como pode ver em documentos anexo, os secretários desta gestão recebem os valores referente a cargo de secretário, tendo os mesmos optado pela remuneração, por serem servidores de cargos efetivos.

Observa-se que em apertada síntese que não há nenhuma irregularidade nesta gestão referente ao pagamento dos servidores mencionados, e a presente denúncia é pautada em interpretação extensiva e demasiada que dar o Denunciante para adequar ao seu ímpeto político de prejudicar a imagem desta administração, utilizando como estratégia a denúncia e posterior divulgação nos meios de comunicação local, redes sociais, as quais utiliza para esses fins;

Através dos documentos senhores, está comprovado a transparência e boa fé dos servidores dos cargos comissionados, e da atual gestão, não há ~~portanto~~ nenhum prejuízo, ou irregularidade no pagamento do salário dos servidores.

Diante o exposto, requer o indeferimento da Denúncia que ora contesto, uma vez que esta é inverídica, vil e capciosa, sendo o Denunciante manifesto adversário político, com intuito voraz de perseguir a gestão atual, que pauta seus atos nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Requer ainda, a produção de outras provas em direito admitidas, necessários à ampla defesa e ao contraditório, bem como, aquelas que este Egrégio Tribunal entender necessário.

Termos em que, peço juntada e deferimento.

Onça de Pitangui, 31 de maio de 2022.

**Janice Carvalho Alves de Santana**

**PROCURADORIA JURIDICA**